

Por uma arqueologia da narrativa nacional

DEMÉTRIO MAGNOLI
é doutor em Geografia
pela FFLCH-USP e autor
de *O Corpo da Pátria:
Imaginação Geográfica
e Política Externa
no Brasil (1808-1912)*
(Unesp/Moderna).

A quinta edição de *O Uruguay*, de Basílio da Gama, de 1854, foi preparada por Francisco de Varnhagen e chegou ao público junto com *Caramuru*, o poema em dez cantos de Santa Rita Durão, sob o título geral *Épicos Brasileiros*. A edição do “pai” da historiografia brasileira seguia à risca a proposição de Ferdinand Denis, que no *Resumo da História Literária do Brasil*, de 1825, sugeria elevar as duas obras do neoclassicismo à condição de precursores da literatura nacional.

Denis e Varnhagen estavam empenhados na invenção de uma tradição, na manufatura de uma memória nacional. O sucesso dessa empreitada pode ser avaliado pelo tipo de apropriação canônica do poema de Basílio da Gama na crítica literária contemporânea. Alfredo Bosi, na sua *História Concisa*, separa o “joio” do “trigo”, relegando os elogios ao Marquês de Pombal à vala do “laudatório” e do “caricato”, para res-

A NARRATIVA ANACRÔNICA

gatar as descrições da natureza – que “não são já mero arcadismo, mas caminho para o paisagismo romântico” – e o heroísmo dos índios, a revelar que “os valores capazes de inspirar a poesia são encarnados pelos nativos”.

Antonio Candido, na sua *Formação da Literatura Brasileira*, retoma Denis ao pé da letra, classificando *O Uruguay* como “um ponto decisivo, quiçá o mais importante para a formação da nossa literatura”. Essa leitura ampara-se na segregação da “não-poesia”, representada pelo “elemento ideológico” que é a exaltação a Pombal. Candido, é certo, alerta para a diferença entre o “indianismo” de Basílio da Gama, “um tema arcádico transposto em roupagem mais pitoresca”, e o dos românticos, que foi “uma vivência”. Com esse argumento, aponta uma certa inconsistência na apropriação do poema neoclássico como precursor da literatura nacional. Mas essa apropriação aparece também, como visto, no próprio Candido.

Ivan Teixeira, em *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, descerra o véu do procedimento seletivo de Candido, caracterizando como “mutilação” a prática de desconsiderar o canto quinto de *O Uruguay*, “sob o pretexto de que é feio e excrescente à narrativa” (1). O esforço essencial de Ivan Teixeira consiste em produzir uma reinterpretação do poema de Basílio da Gama, de modo a restituí-lo “à sua época, com seus mitos e valores próprios”. A dimensão complementar desse esforço consiste em fazer a crítica da apropriação crítica da obra, “de forma que a interpretação nacionalista *avant la lettre* permaneça apenas como o registro de uma etapa de sua recepção [...], e não como um significado essencial à sua organização”.

A segunda dimensão do estudo de Teixeira desafia os limites do território da crítica literária e as fronteiras traçadas pelas especializações acadêmicas, impulsionando-o rumo a um campo fecundo de diálogo com a geografia e a história. O objeto desse campo é a narrativa nacional, cuja produção está associada à crise do antigo sistema colonial e à edificação do Estado brasileiro.

Em *O Tempo da História*, Philippe Ariès traça, nas suas grandes linhas, o panorama da produção da narrativa nacional francesa, que “não é um gênero douto nem literário, mas um gênero tradicional” desenvolvido quase como obra coletiva entre os séculos XVI e XIX (2). Acompanhar a trajetória do gênero é seguir, nos seus detalhes, o trabalho artesanal de seleção e apropriação dos eventos do passado, com as suas idas e vindas, as tentativas mais ou menos bem-sucedidas, até a fixação de marcos luminosos – Clóvis, Joana D’Arc – e a proposição de raízes originais, como os gauleses.

O anacronismo é o procedimento que fornece ordem, sentido e inteligibilidade à narrativa. As dinastias que se sucedem, as guerras e realizações acrescentam novos capítulos à história da *formação* da França. Michelet, o historiador da Revolução Francesa, definiu certa vez o seu ofício como o de um “magistrado dos mortos”: “Eu conferi a muitos mortos tão esquecidos a assistência da qual eu mesmo necessitarei. Eu os exumei para uma segunda vida. Hoje, eles vivem conosco, que nos sentimos seus parentes, seus amigos. Assim se faz uma família, uma cidade compartilhada entre os vivos e os mortos”.

As narrativas nacionais oferecem uma segunda vida, uma segunda chance aos mortos, que podem finalmente falar e agir como contemporâneos dos vivos, desprendendo-se de seu tempo, dos significados da sua época, e contribuindo para a construção da cidade comum. Através da voz emprestada do historiador, os mortos assumem os papéis que lhes cabem na encenação do passado, na trajetória orientada para um fim.

No Brasil, a narrativa nacional não foi uma obra elaborada ao longo de vários séculos. Ao contrário da “história da França”, a narrativa da *formação* do Brasil teve que ser elaborada nas décadas seguintes à independência (3). Mas foi, também, uma obra coletiva.

Como escrever a “história do Brasil”? Essa questão abriu, em dezembro de 1838,

1 “Condenar esse canto como desnecessário ao poema é desconsiderar a tradição das interpolações episódicas do poema épico e, o que é mais discutível, fazer vistas grossas ao propósito político do texto. Sim, porque *O Uruguay* é, essencialmente, um texto político” (*Mecenato Pombalino...*, p. 531).

2 “O abade Velly inicia em 1740 uma *História da França* que, após sua morte, é continuada por Villaret, depois, em 1770, por Garnier, professor no Colégio Real, que a leva de Luís XI a 1564, onde se detém esgotado pela complicação das guerras de religião. Em 1819, a história do abade Velly é novamente publicada com o nome de seu primeiro autor, mas o editor, Fantin des Odoard, anuncia na página de título que ‘cuidadosamente a reviu e corrigiu’. De fato, ele a reescreveu inteiramente seguindo de perto a edição de 1740-1770, mas modificando seu espírito [...]. No entanto, ele preferiu fazer passar seu trabalho, que teria podido parecer original, pela retomada e continuação do abade Velly, assim como os primeiros autores do século XVI apagavam-se atrás das *Grandes Crônicas da França*. Igualmente, Anquetil, em 1805, reconhece sem envergonhar-se que a sua *História da França* é uma compilação...” (*O Tempo da História*, p. 139).

3 Observe-se, por sinal, o peso da noção de uma *formação* nacional no pensamento brasileiro. Em diferentes campos, há uma busca canônica e explícita do progressivo fazer-se da nação: *Formação* histórica da nacionalidade brasileira (Oliveira Lima), *Formação* do Brasil contemporâneo (Caio Prado Jr.), *Formação* econômica do Brasil (Celso Furtado), *Formação* da literatura brasileira (Antonio Candido)...

a primeira sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Posto em termos “micheletianos”, o problema consistia em produzir um enredo no qual os mortos pudessem representar seus papéis na marcha da nacionalidade. Fernando Novais explicou – no prefácio à *Na Bahia, Contra o Império*, de István Jancsó – que, quando a nação é o objeto do discurso historiográfico, o anacronismo representa “uma dificuldade quase insuperável” e, no caso do Brasil, “se consubstancia na idéia de que a nação estava já inscrita na viagem ‘fundadora’ de Pedro Álvares Cabral, quer dizer, como se a colonização se realizasse para criar uma nação, e o chamado ‘período colonial’ vai sendo reconstituído como algo tendente a forjar a independência, num curioso exercício de profecia do passado”.

Naquela sessão inaugural, o naturalista alemão Carl von Martius sugeriu um plano ambicioso para a narrativa nacional, enfatizando as “contribuições” de índios e negros e antecipando a mitologia das três raças que se celebrou, com o júbilo dos 500 anos redondos e a indelicadeza das festas oficiais, no último mês de abril. Os índios – ou melhor: a imagem cavalheiresca do índio – ganharam seu lugar na cidade micheletiana bem antes que os negros, condenados a aguardar o fim da escravidão. A literatura romântica conferiu-lhes o papel que, na Europa, coube aos cavaleiros medievais, e os historiadores da literatura incorporaram à nova tradição também os índios do passado, como os de *O Urugway*.

A *História* de Varnhagen, publicada originalmente entre 1854 e 1857, refletia a influência da primeira *História do Brasil*, do inglês Southey, de 1810, mas incorporava idéias do plano de Martius e pretendia representar a solução para o problema posto no IHGB. Varnhagen foi criticado pelo francês D’Avezac, por principiar a sua narrativa com o “Descobrimento”, não com os primitivos habitantes indígenas. Defendeu-se sustentando a sua opção, que estaria destinada a ligar o Brasil à história da humanidade. Contudo, mais tarde, reformulou a estrutura da narra-

tiva: novas edições apareceram com uma inversão na ordem dos capítulos, de forma a colocar os índios no começo de tudo. Assim, a “história do Brasil” solucionou em pouco tempo o problema das “origens”, que na França demandou séculos (4).

UMA IDENTIDADE NATURAL

Lucien Febvre explicou, no seu *Honra e Pátria*, que a nação “é uma realidade psicológica profunda [...] que modela rigorosamente todos os indivíduos no interior do seu quadro [...], detentora de um patrimônio cultural do qual participam todos os seus membros”. Mas essa realidade psicológica e esse patrimônio não são coisas que simplesmente existem, como querem os nacionalistas: são construções históricas.

A crítica da historiografia nacional, com Gellner, iluminou o caráter recente e, ao mesmo tempo, culturalmente pervasivo do nacionalismo (5). Com Benedict Anderson, foram examinados alguns dos processos cruciais de criação das “comunidades imaginadas” que são as nações. Os ensaios inspirados de *A Invenção das Tradições* dissecaram padrões de elaboração de uma memória coletiva fraudulenta. Todo esse esforço crítico dissolveu a velha crença, enraizada na historiografia positivista do século XIX, no caráter supostamente ancestral das nações contemporâneas.

Entretanto, num sentido preciso e específico, as nações ergueram-se sobre tradições antigas. Na Europa medieval, a “nação” identificava-se às liberdades (ou seja: aos privilégios) desfrutadas pela nobreza e, principalmente no caso italiano, pelas cidades. As “nações” medievais eram corpos políticos estruturados e exercitavam direitos de soberania. O nacionalismo contemporâneo floresceu sobre o chão histórico das “nações prévias”, que serviu como depósito de mitos de origem, matéria bruta para as narrativas nacionais e fonte inesgotável de emoções políticas. A “França de mil anos”, a “alma russa” singular e o sangue sérvio derramado na

4 Ariès observou como, na segunda metade do século XVIII, Clóvis foi elevado ao seu pedestal, pela supressão dos reis que vieram antes – inclusive de seu pai, o sedutor Childerico, que roubou o coração de Basine, esposa do rei da Turingia, seu amigo e anfitrião – e como os “ancestrais gauleses” entraram na narrativa: “Em 1768, o abade Millot [...] deixou de lado inteiramente todos os predecessores de Clóvis, mas em contrapartida introduziu na narrativa tradicional algumas palavras sobre os gauleses: ‘Como sua miscigenação com os francos formou a nação francesa, eles são nossos pais e temos interesse em conhecê-los’: nossos ancestrais, os gauleses” (op. cit., pp. 150-1).

5 “A man must have a nationality as he must have a nose and two ears; a deficiency in any of these particulars is not inconceivable and does from time to time occur, but only as a result of some disaster, and it is itself a disaster of a kind. All this seems obvious, though, alas, it is not true. But that it should have come to seem so very obviously true is indeed an aspect, or perhaps the very core, of the problem of nationalism. Having a nation is not an inherent attribute of humanity, but it has now come to appear as such” (Nations and Nationalism, p. 6).

batalha de Kosovo Polje pertencem a esse universo cultural.

No Novo Mundo, a ausência desse chão histórico – isto é, a ausência de “nações prévias” inscritas em privilégios nobiliárquicos – gerou problemas de legitimidade política que repercutiram sobre a organização das narrativas nacionais. As funções extremamente ativas desempenhadas pela “natureza” na fabricação da identidade nacional brasileira parecem estar associadas a essas dificuldades (6).

O paisagismo cumpriu funções identitárias também nas narrativas nacionais européias. A etnóloga Anne-Marie Thiesse, em *La Création des Identités Nationales*, analisa os caminhos de renovação da pintura da paisagem no final do século XVIII e a configuração de uma estética de contemplação do grandioso, que oferece o sentimento do sublime e esconde os resultados da atividade humana. A “fabricação de paisagens” derivada dessa estética acaba por fixar modelos, que se tornam cenários reproduzidos em guias de viagens e “lugares a serem visitados”. Na França, Napoleão III assinala tais lugares com o sinete da aprovação oficial, instituindo as “zonas artísticas protegidas”. Algumas paisagens adquirem auras nacionais, na pintura e na literatura, e passam a integrar o corpo simbólico das “comunidades imaginadas”: o fiorde norueguês nevado e imaculadamente branco, as verdes florestas suecas, as montanhas e vales dos Alpes suíços, a grande e tempestuosa planície húngara...

No Velho Mundo, o paisagismo do século XIX foi um complemento, um adendo, às narrativas organizadas em torno de um enredo essencialmente “histórico”. No Novo Mundo, o paisagismo substituiu o “passado ausente” ou, pelo menos, precário. O modelo mais importante para a apreensão da paisagem foi fornecido por Humboldt, que viajou pela América tropical (mas foi impedido de entrar nos territórios coloniais portugueses) cerca de uma década antes da transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

O atlas pitoresco da sua viagem com

Bonpland propiciou a unificação do olhar científico com o artístico, agregando “poetas e pintores, jardineiros e arquitetos, viajantes, especialistas e diletantes”, como explicou Ana Maria Belluzzo. Entre os acompanhantes de viagem de Humboldt estava Francisco José Caldas, o principal naturalista granadino. Em 1808, às vésperas da deflagração da guerra de independência, Caldas proclamava a necessidade de “conhecer o país”, pela via da descrição minuciosa das suas paisagens e recursos naturais. Editando o *Semanario del Nuevo Reino de Granada*, que alcançou vasta difusão nos meios *criollos*, o naturalista engajava-se no elogio das potencialidades do território de Nova Granada e das virtudes do “homem americano”. O seu alvo eram os juízos pessimistas de cientistas como o prussiano Paw e o francês Buffon, para os quais os trópicos constituíam obstáculo intransponível à civilização.

Caldas entalhou uma pátria na natureza, fincando as bases para a pátria política granadina que surgia. No Brasil, desde a transferência da Corte, uma paisagem nacional começou a ser elaborada pelas missões artísticas e expedições científicas que contaram com Debret, Martius, Spix, Rugendas, Agassiz e Franz Keller-Leuzinger. Martius e Spix abordaram, no *Reise in Brasilien*, de 1823, os índios e os negros, concentrando-se na noção de fusão de culturas. Na época da sessão inaugural do IHGB, Martius preparava o *Flora Brasiliensis*, que era a primeira tentativa de uma divisão regional do Brasil, apoiada nas suas cinco províncias vegetais: Naiades, Hamadryades, Dryades, Oreades, Napaeade. Na falta de um corpo político nacional, a fitogeografia erguia um corpo natural para a pátria...

No alvorecer do Estado brasileiro, o novo interesse pela paisagem, que se torna nacional, explica a onda de edições dos antigos relatos coloniais, até então relegados ao esquecimento. A *Carta de Caminha* só chegou ao público, integralmente, em 1817, no interior da *Corografia* de Aires de Casal. O *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, ganhou sua

6 Marilena Chauí sintetizou adequadamente a referência natural da identidade nacional: “Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. Sabemos por isso que o Brasil é um ‘gigante pela própria natureza’, que nosso céu tem mais estrelas, nossos bosques têm mais flores e nossos mares são mais verdes. [...] Aprendemos que somos ‘um dom de Deus e da Natureza’ porque nossa terra desconhece catástrofes naturais [...] e que aqui, ‘em se plantando tudo dá’ (Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária, p. 5).

primeira edição em português em 1826, em Lisboa. Bem depois, em 1858, a *Revista do IHGB* publicou a sua *História da Província de Santa Cruz*. Coube a Varnhagen editar, em Lisboa, o *Diário de Navegação*, de Pero Lopes de Sousa, em 1839. Ele também foi responsável pela publicação, na *Revista do IHGB*, em 1851, do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, obra que forneceu a José de Alencar a matriz para a caracterização do índio em *O Guarani*.

Não é simplesmente a temática do índio, mas a função identitária do paisagismo que está na raiz da apropriação de *O Uruguay* pela narrativa nacional. Ivan Teixeira captou com propriedade essa relação, ao apontar o português Almeida Garrett como criador do “viés da leitura romântica” do poema de Basílio da Gama. Deve-se a Garrett, no seu “Bosquejo da História da Poesia e da Língua Portuguesa”, que está no *Parnaso Lusitano*, de 1826, a crítica do bucolismo de *Marília de Dirceu* e o elogio do uso da paisagem tropical em *O Uruguay*. O programa romântico encontrava uma tradução brasileira, que fornecia os óculos para a sua leitura e os filtros para a incorporação seletiva das obras coloniais (7).

O “lugar” da natureza na construção da nacionalidade ultrapassou a função de configurar uma identidade paisagística. Desde Buffon e Paw, estava colocado o problema da compatibilidade entre os trópicos e a civilização. Na época colonial, estabelecera-se uma dualidade entre o litoral e o interior, que refletia a oposição cósmica entre o Bem e o Mal (8). No Brasil independente, esse problema desdobrou-se no desafio de “civilizar o sertão”. Amansar a natureza, inocular nos trópicos a razão científica e a educação européia eram as tarefas da elite imperial, no seu empreendimento de construção de uma nação.

Na literatura romântica, o desafio ganhava uma “solução” automática, que se reflete, por exemplo, na figuração do índio cavalheiresco. Mas essa abordagem constituiu, efetivamente, uma forma de rodear o problema. A tensão não podia ser desfeita,

pois o seu fundamento era o desconhecimento e a ausência de controle real sobre o território. A *Retirada da Laguna*, obra memorialística escrita originalmente em francês por Taunay, em 1868, conduziu a tensão a um ponto mais alto e, nesse passo, assinalou a transição da apreensão romântica para a realista da paisagem. A emotividade intensa e o “sentimento da paisagem” escondem (e revelam) a luta terrível entre a Civilização e a Barbárie. A construção da nação é a submissão da natureza selvagem – uma missão, uma vocação e um destino (9).

A tensão e a missão constituem a matéria de *Os Sertões*, que faz a aldeia sagrada de Canudos emergir do próprio meio físico, como se fosse uma cordilheira quase intransponível mas fadada à derrota. No fim da vida de Euclides, o novo *Atlas do Brasil*, do barão Homem de Melo e de Francisco Homem de Melo, reconhecia pela primeira vez as formas predominantemente suaves e aplainadas do relevo brasileiro, removendo as inúmeras serras e cadeias montanhosas imaginárias que, nos mapas do século XIX, ramificavam-se pelo interior. No último artigo que escreveu, interrompido pelo seu assassinato, para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, Euclides fazia o elogio do *Atlas*, um marco no domínio intelectual das feições físicas do território.

A NARRATIVA DA UNIDADE

Benedict Anderson captura um dos traços mais característicos e importantes das narrativas nacionais analisando a dialética do “esquecimento” e da “lembança” na produção do tema do fratricídio. O ponto de partida da sua análise é a famosa frase de Renan, no *Qu'est-ce qu'une nation?*, na qual o “dever de esquecer” os massacres antigos é alçado à condição de obrigação cívica. Anderson mostra como a história nacional *fabrica* a “lembança” de eventos ocorridos há séculos, que contudo “devem” ser “esquecidos” pelos cidadãos.

7 “Embora veja muita graça em *Marília de Dirceu*, [Garrett] acusa no livro a presença do bucolismo, de origem e configuração européia e, portanto, impróprio para um poeta americano. [...] [Garrett] traça um elenco de cenas e situações que deveriam constar da nascente poesia brasileira, em que o retrato da amada se efetivasse em meio a plantas e animais tropicais, como palmeiras, cafezeiros, cutias, tatus e sabiás. A exploração desse cenário, posta de lado a educação européia, conduziria a imagens novas e adequadas a um verdadeiro estilo nacional para o Brasil, resultante de sugestões espontâneas da paisagem” (*Mecenato Pombalino...*, pp. 533-4).

8 Chauí chama a atenção para esse ponto: “A disputa cósmica entre Deus e o Diabo aparece, desde o início da colonização, sem se referir às divisões sociais, mas como divisão da e na própria natureza: o Mundo Novo está dilacerado entre o litoral e o sertão. Os poemas e autos de Anchieta são os primeiros a construir a fratura da Natureza entre a costa litorânea, lugar do bem onde a palavra de Deus começa a frutificar, e a mata bravia, lugar do mal onde o demônio espreita, sempre pronto a atacar. O mal se espalha nos matos ou se esconde nas furnas e nos pântanos, de onde sai a noite sob as espécies da cobra e do rato, do morcego e da sanguessuga. Mas o perigo mortal se dá quando tais forças, ainda exteriores, penetram na alma dos homens” (op. cit., p. 66).

9 Nas palavras de Francisco Alambert: “Sua obra é um convite à construção da nacionalidade e um aviso de que esta mesma construção está em perigo constante. A barbárie está solta lá fora, escondida entre a natureza exuberante, e pronta para atacar a civilização que demora a se formar [...]. A grandeza épica das paisagens atenua o peso da derrota, relativiza as forças. A natureza brasileira, ninguém acreditou nisso mais que Taunay, é nosso grandeza, talvez nosso bem maior. Somos superiores porque a temos e não somos bárbaros, somos heróicos descendentes de europeus [...]” (*A Guerra do Paraguai: 130 Anos Depois*, p. 91).

A “fabricação da memória” consiste numa *interpretação* especial dos massacres antigos, que transforma conflitos dos mais diversos tipos em lutas fratricidas, ou seja, batalhas *no interior* da cidade micheletiana. Através desse procedimento, as guerras de religião entre católicos e huguenotes no século XVI “tornam-se” lutas ferozes entre “irmãos franceses” (10), a conquista normanda “funda” a Inglaterra (11) e o conflito sangrento entre os estados do norte e do sul “transforma-se” na Guerra Civil americana (12).

A narrativa nacional é a história da realização de uma unidade, que sempre existiu virtualmente. A “comunidade imaginada” percorre uma trajetória de sobressaltos, pontuada pela tragédia e pela glória, até alcançar a plenitude política: o Estado contemporâneo. Em 1793, dirigindo-se à França, a Comuna de Paris proclamava: “Temos um único desejo: perder-nos no grande todo”. Nessa época, a Comuna projetava organizar refeições públicas nas ruas da cidade. Nas palavras de Michelet, “o sonho de Danton, se se acredita em seus inimigos, era ver a França inteira, ricos e pobres indistintamente, todos os partidos reconciliados, sentados no mesmo banquete”.

A geografia, a cartografia e o mapa desempenham funções cruciais na narrativa da unidade, pois a nação contemporânea não prescinde de um corpo territorial. A unidade realiza-se plenamente pela delimitação de um território nacional contido no interior das fronteiras políticas. A nação reconhece-se no espelho do território e tem no mapa um dos seus símbolos mais importantes. Mas, se a nação é uma virtualidade ancestral, como quer o discurso nacionalista, qual é a origem do “seu” território?

Aqui, outra vez, a “natureza” corre em socorro da história, através da doutrina das fronteiras naturais (13). O pensamento geográfico do século XIX, com Ritter e Ratzel, engajou-se na “descoberta” de uma organicidade natural do território. Ritter, em particular, sob a influência de Humboldt, concebeu a Terra como um organismo vivo

no qual estaria materializada a vontade divina. À ciência geográfica correspondia a tarefa de compreender a obra do Criador, perscrutando-a por meio da razão. De acordo com esse ponto de vista, a morfologia do relevo, o curso dos rios, o desenho das redes hidrográficas, a disposição dos divisores de águas obedecem a “leis telúricas”, nas quais se pode encontrar o destino dos lugares e a vocação dos povos.

A doutrina das fronteiras naturais funcionou como chave organizadora da narrativa de construção do território nacional brasileiro. Mostrei, em *O Corpo da Pátria*, que essa narrativa foi uma obra coletiva da elite imperial, emanada de um olhar romântico dirigido para o passado colonial. O mito da Ilha-Brasil inspirou a narrativa e forneceu os argumentos para a sua legitimação.

A Ilha-Brasil foi engendradora, como mito territorial inscrito na narrativa nacional, ao longo do século XIX. Sinteticamente, o mito consiste na atribuição de um território natural para o Brasil, definido pelos cursos dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé e Mamoré e pelo vale drenado pelos afluentes do Amazonas. As primeiras formulações do mito aparecem na *Revista do IHGB*, no interior de relatos de viajantes que procuraram uma conexão entre as bacias do Rio Paraguai e do Rio Guaporé, na região dos pantanais. Mais tarde, na *História de Varnhagen*, a descrição do território brasileiro aparecia associada a essas “fronteiras naturais”.

A influência de Varnhagen estabilizou essa descrição, que se repete em diferentes documentos, com pequenas variações, nas décadas seguintes. Nos primeiros anos da República, a Ilha-Brasil ganhou formulação sofisticada, de inspiração ritteriana, e cartografia “científica” nos ensaios do geógrafo e explorador português Jaime Batalha Reis (14). O Império brasileiro, profundamente engajado na delimitação e consolidação das fronteiras políticas, utilizou o mito da Ilha-Brasil como fonte de legitimação da sua política de fronteiras. A ocupação da Banda Oriental e a sua incorporação como Província Cisplatina

10 “[...] the singular French noun ‘la Saint-Barthélemy’ occludes killers and killed – i.e., those Catholics and Protestants who played one local part in the vast unholy Holy War that raged across central and northern Europe in the sixteenth century, and who certainly did not think of themselves cozily together as ‘Frenchmen’ (Imagined communities, p. 200).

11 “English history textbooks offer the diverting spectacle of a great Founding Father whom every schoolchild is taught to call William the Conqueror. The same child is not informed that William spoke no English, indeed could not have done so, since the English language did not exist in his epoch [...]” (op. cit., p. 201).

12 “A vast pedagogical industry works ceaselessly to oblige young Americans to remember/forget the hostilities of 1861-65 as a great ‘civil’ war between ‘brothers’ rather than between – as they briefly were – two sovereign nation-states. [We can be sure, however, that if the Confederacy had succeeded in maintaining its independence, this ‘civil war’ would have been replaced in memory by something quite unbrotherly]” (op. cit., p. 201).

13 A noção de “fronteiras naturais” aparece embrionariamente em Hugo Grotius mas adquire pleno curso com Emmerich de Vattel, no século XVIII. Paul Allié observa que, no testamento latino atribuído a Richelieu, encontra-se uma clara referência aos “limites que a natureza fixou” para a Gália, como fundamento para a “missão” de fazer a França coincidir com a Gália e, “por todo o lugar onde existiu a antiga Gália, restaurar a nova” (*L’Invention du Territoire*, p. 65). No século XIX, defendendo a mudança das fronteiras entre a Prússia e a Áustria, Bismarck sustentou que a doutrina das fronteiras naturais servia como instrumento para a consolidação das nacionalidades.

14 Veja *O Corpo da Pátria*, pp. 113-6.

constituem, talvez, o exemplo mais nítido da relevância prática e ideológica da noção de “fronteiras naturais” no momento em que se constituía o Estado brasileiro (15).

O historiador Jaime Cortesão, nos seus cursos de história e cartografia colonial no Itamaraty e nas suas obras sobre a formação territorial do Brasil, sustentou a tese de que o mito da Ilha-Brasil desenvolveu-se entre os séculos XVI e XVIII e amparou uma geopolítica de fronteiras da Coroa portuguesa. Em *O Corpo da Pátria*, fez a crítica dessa tese, que interpreto como etapa derradeira da formulação da mitologia territorial brasileira (16).

Toda a história colonial é contada de acordo com o modelo fornecido pela mitologia territorial da Ilha-Brasil. O pressuposto da narrativa é uma suposta unidade colonial brasileira, que se manifesta no uso corriqueiro da expressão “Brasil-Colônia”, como se tivesse existido, efetivamente, uma entidade política unificada na América Portuguesa. Essa expressão constitui um absurdo histórico e coagula o anacronismo denunciado por Fernando Novais, através do qual reconstitui-se a trajetória da colônia “na sua vontade de ser nação”.

Contudo, jamais existiu uma unidade política colonial. A América Portuguesa, submetida como um todo à soberania da Coroa, foi fragmentada praticamente em diferentes colônias. Os contornos políticos dos territórios coloniais flutuaram ao longo do tempo, em função das estratégias de administração adotadas em Lisboa. Nos séculos XVI e XVII, a colonização baseou-se no regime de capitânias hereditárias, instituído em 1543. Os donatários tinham amplos poderes nas suas capitânias, inclusive o de distribuir sesmarias, de modo a estimular a exploração econômica das terras através da grande lavoura e da criação de gado. Esse regime fragmentou a América Portuguesa em unidades autônomas e desarticuladas entre si.

O Regimento de D. João III conduziu, em 1549, à instalação do Governo Geral. Em tese, o governador geral tinha poderes quase ilimitados e supremacia hierárquica

sobre os donatários. Na prática, a sua autoridade nunca ultrapassou os limites da Bahia e das capitânias mais próximas. As longas distâncias e precários meios de transportes, assim como o interesse da Coroa em manter relações diretas com as capitânias, garantiam a autonomia dos donatários.

Os dois primeiros séculos foram marcados pelo peso decisivo do poder local. A legislação que o regulava conferia amplas prerrogativas para as Câmaras Municipais. A transformação de um povoado em vila não era o reconhecimento de seu crescimento demográfico ou econômico, mas uma decisão estratégica. Algumas vilas chegaram a ter representantes em Lisboa, estabelecendo relações diretas com a Coroa, por cima das estruturas de poder das capitânias e do Governo Geral.

A Coroa sempre temeu a formação de um centro de poder unificado nas colônias. Em 1621, durante o período da União Ibérica, a América Portuguesa foi dividida no Estado do Brasil e no Estado do Maranhão. O novo Estado, subordinado apenas à Coroa, destinava-se a garantir a defesa do litoral setentrional, sujeito a ataques e ocupação dos franceses. Em 1751, afastadas as ameaças francesas, a atenção da Coroa concentrou-se na consolidação da soberania sobre a bacia amazônica, mudando o nome da entidade para Estado do Grão-Pará e transferindo a sua sede de São Luís para Belém.

Desde o fim da União Ibérica, a Coroa empreendeu um esforço de reorganização das suas colônias americanas. O sentido geral desse empreendimento consistiu em fortalecer o controle metropolitano sobre as rendas coloniais e garantir a ocupação estratégica de áreas de limites com as terras espanholas. Mas nada disso significou a criação de uma unidade política colonial. Um dos instrumentos da nova orientação foi o Conselho Ultramarino, criado em 1642 para elaborar e executar as políticas para a América Portuguesa. Em seguida, foram organizadas a Companhia Geral de Comércio do Brasil e a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Assim, reforçava-se o monopólio comer-

15 A Banda Oriental localizava-se a leste do Rio Uruguai e, portanto, no interior da “Ilha brasileira”. As considerações políticas conjunturais que delimitaram a incorporação da Cisplatina foram, quase sempre, justificadas com base no “direito natural” brasileiro à soberania sobre a margem esquerda do Rio da Prata.

16 “[...] Cortesão apagou a origem histórica do mito – situada no Império –, fazendo-o retroceder à Conquista. Com isso, suprimiu as pistas que permitem situá-lo como nexos e dimensão do esforço de construção da nação, criando um casulo protetor e um escudo contra a investigação crítica” (op. cit., p. 116).

cial metropolitano e, ao mesmo tempo, aprofundava-se a bipartição administrativa das colônias americanas.

No interior da nova orientação, foi progressivamente extinto o regime de capitanias hereditárias. Esse processo concluiu-se durante a administração pombalina, que suprimiu todas as capitanias particulares remanescentes e organizou o regime de Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei. O regime de Capitanias da Coroa representou profunda modificação política e territorial na América Portuguesa. Os governadores de capitanias concentraram o poder e a autoridade à custa tanto do Governo Geral quanto das prerrogativas das Câmaras Municipais. A centralização metropolitana correspondeu a uma fragmentação política mais nítida da América Portuguesa. As capitanias foram divididas em principais, ou gerais, e subordinadas. Os governadores das primeiras, denominados capitães gerais, tinham sob a sua jurisdição os governadores das segundas. Assim, estruturaram-se nove blocos regionais de capitanias, sob a autoridade de capitães gerais diretamente responsáveis junto à Coroa (17).

A narrativa canônica da história colonial, repetida com variações irrelevantes em incontáveis manuais, exhibe “mapas de povoamento” que são verdadeiros monumentos do anacronismo cartográfico. Nesses mapas, o território colonial português aparece emoldurado pelas fronteiras nacionais brasileiras e vai sendo progressivamente “ocupado” pela marcha da interiorização. As entradas e bandeiras, a expansão das áreas de criação de gado e mineração, a fundação de povoados e vilas transformam-se, através dessa figuração, em instrumentos de realização de uma virtualidade territorial imanente. Os brasileiros tomam posse do Brasil (18)!

A saga da *formação* territorial do Brasil encontra seu fecho de ouro no Tratado de Madri. Esse tratado – tal como o poema de Basílio da Gama que aborda as guerras guaraníticas derivadas da sua aplicação – foi submetido à apropriação dos “construtores do Brasil”, que lhe conferiram um

sentido completamente diverso do seu significado original: o acerto de limites coloniais tornou-se marco de fundação do território brasileiro. Euclides da Cunha, fazendo referência às entradas e bandeiras, interpretou-o como “a glorificação da mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece”. Jaime Cortesão, na sua biografia de Gusmão, sugeriu que “por volta de 1746 o grande diplomata deve ter entrado na consciência duma unidade geográfica e econômica do Brasil a defender”. Araújo Jorge, biógrafo do barão do Rio Branco, enalteceu “a figura de Alexandre de Gusmão, riscando, à distância de quase dois séculos, as fronteiras que deram ao Brasil a sua configuração atual”.

O Tratado de Madri delimitou efetivamente uma pequena extensão das fronteiras do Brasil independente. Além disso, não durou mais uma década, tendo sido anulado e modificado pelos tratados de El Pardo, de 1761, e Santo Ildefonso, de 1777. Depois, foi em grande parte restabelecido pelo Tratado de Badajós, de 1801, que no entanto não teve pleno reconhecimento nem da Espanha nem dos Estados independentes da América hispânica. Contudo, ainda hoje aprendemos na escola que o “corpo da pátria” ganhou uma certidão de batismo no ano de 1750 e que o diplomata português Alexandre de Gusmão derramou a água batismal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa nacional brasileira entalha a pátria na natureza, produzindo um território prévio, anterior à própria colonização, definido pelo desenho premonitório dos rios. Toda a colonização portuguesa torna-se, assim, um vasto resgate do Brasil natural, que se completa através do Tratado de Madri. O Estado independente surge como depositário dessa unidade ancestral, que deve ser defendida. Essa narrativa foi elaborada a partir da transferência da Corte para o Rio de Janeiro e desempenhou funções de legitimação cruciais após a independência (19).

17 A *História* de Varnhagen, escrita em fase embrionária da construção do mito territorial nacional, revela que a noção de uma unidade colonial não tinha ainda se desenvolvido, na metade do século XIX: “Mais tarde a denominação de Brasil veio a fazer-se extensiva ao conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasileiro, hoje em dia um dos Estados de maior extensão do globo...” (t. 1, p. 13, grifos meus). Uma análise aguda da estruturação política da América Portuguesa é oferecida pelo geógrafo Paulo Pedro Perides, que confere os nomes adequados para as coisas: “[O regime de capitanias] resultou na decomposição do território colonial em unidades administrativas autônomas entre si [...]. Era como se as terras de Portugal nas Américas fossem decompostas em inúmeras ‘colônias’” (*Revista do Departamento de Geografia*, vol. 9, p. 77).

18 Nesse contexto, e sob a influência do IHGB e do seu congênere paulista, é que se inscreve a glorificação dos bandeirantes e a elevação do bandeirismo à condição de movimento decisivo na formação territorial brasileira. Não é casual que, na manufatura da sua formulação do mito da Ilha-Brasil, Jaime Cortesão tenha posto em relevo a figura de Raposo Tavares e a sua célebre “bandeira do contorno”, que percorreu os rios Tietê, Paraná e Paraguai, perambulou pelas encostas andinas e depois navegou o Mamoré, o Madeira e o Amazonas.

19 Lia Osório Machado sintetiza a funcionalidade do mito da unidade prévia para o Império brasileiro, destacando que: 1) “ajudou a construir justamente aquilo que dizia defender, ou seja, a unidade territorial como base da unidade política”; 2) “ajudou a defender a tese da conveniência de um governo centralizado, como condição *sine qua non* da mesma unidade”; e; 3) “permitiu que as contradições internas, sociais e raciais, fossem identificadas como perigo de dispersão e desunião entre províncias” (*Anais do 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, p. 717).

Um mito não é uma mentira, ou uma falsificação. A produção da mitologia nacional envolve um conjunto de práticas identitárias e inúmeras operações de seleção e hierarquização dos eventos que formam o passado histórico. Trata-se de uma recepção, uma leitura e uma interpretação dos atos e das palavras das gerações anteriores. O traço essencial da narrativa histórica resultante consiste no ocultamento das suas próprias origens. Ela atribui aos eventos e aos homens do passado a responsabilidade por aquilo que está realizando: a fundação imaginária da nacionalidade.

A crítica da narrativa mitológica só pode ter sucesso se, antes de tudo, for capaz de definir adequadamente o seu objeto, que é um relato historiográfico. É esse relato – e não uma suposta verdade empírica escondida – que deve ser iluminado e desvendado. Ele tem que ser abordado como um fenômeno histórico, cujas raízes encon-

tram-se nas formas específicas de constituição do Estado brasileiro. O campo de estudo da narrativa nacional está referenciado cronologicamente pela ruptura dos laços coloniais e abrange, especialmente, os documentos emanados da elite imperial.

A investigação da narrativa nacional é um empreendimento de “arqueologia” da memória fabricada. Os “construtores do Brasil” não estavam limitados pelas regras do discurso científico. Ferdinand Denis, Martius, Varnhagen, Jaime Batalha Reis não estavam, primordialmente, fazendo crítica literária, história natural, história ou geografia – eles estavam “inventando” a nação. A crítica dessa tradição constitui, portanto, um campo plural, que solicita o cruzamento de diferentes discursos. Aí está um desafio para o pensamento acadêmico da nossa época, que preza excessivamente os métodos, linguagens e códigos cimentados pelas especializações científicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMBERT, Francisco. “Civilização e Barbárie, História e Cultura”, in Leslie Bethell (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 Anos Depois*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- ALLIÈS, Paul. *L’Invention du Territoire*. Genève, Presses Universitaires de Grenoble, 1980.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. London/New York, Verso, 1996.
- ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. Vol. 3: “A construção da paisagem”. São Paulo/Salvador, Metalivros-Fundação Odebrecht, 1994.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo, Martins, 1959.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Parte I, t.2. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1956.
- _____. *História do Brasil nos Velhos Mapas*, t. 5. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1965.
- FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. Ithaca, Cornell University Press, 1983.
- HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- JANCÓS, István. *Na Bahia, Contra o Império*. São Paulo/Salvador, Hucitec-Edufba, 1996.
- MACHADO, Lia Osório. “A Questão da Unidade Territorial do Brasil”, in *Anais do 8º Encontro Nacional de Geógrafos*, vol. 2. Salvador, AGB, 1990.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Unesp-Moderna, 1997.
- PERIDES, Paulo Pedro. “A Organização Político-administrativa e o Processo de Regionalização do Território Brasileiro”, in *Revista do Departamento de Geografia*, vol. 9, FFLCH-USP, 1995.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo, Edusp, 1999.
- THIESSE, Anne-Marie. *La Création des Identités Nationales*. Paris, Seuil, 1999.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1956.